



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
AUTORIDADE PORTUÁRIA



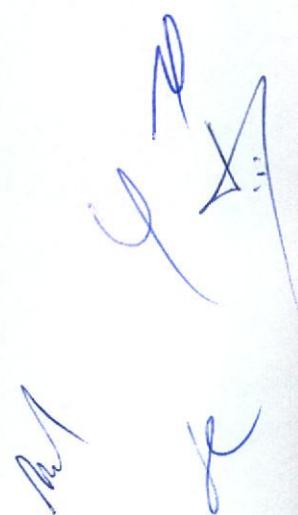
## CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

**2018**

**ANO BASE 2017**

## ÍNDICE

<b>1. Composição Acionária.....</b>	3
<b>2. Interesse público subjacente às atividades empresariais.....</b>	4
<b>3. Atividades desenvolvidas .....</b>	5
<b>4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas.....</b>	6
<b>5. Recursos para custeio das políticas públicas.....</b>	8
<b>6. Comentários dos Administradores sobre o desempenho.....</b>	8
<b>7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos.....</b>	12
<b>8. Fatores de Risco .....</b>	Erro! Indicador não definido.
<b>9. Dados Econômico-Financeiros.....</b>	13
<b>10. Política ou prática de remuneração dos administradores.....</b>	14
<b>11. Manifestação do Conselho de Administração .....</b>	15



## Carta Anual de Governança Corporativa – 2017

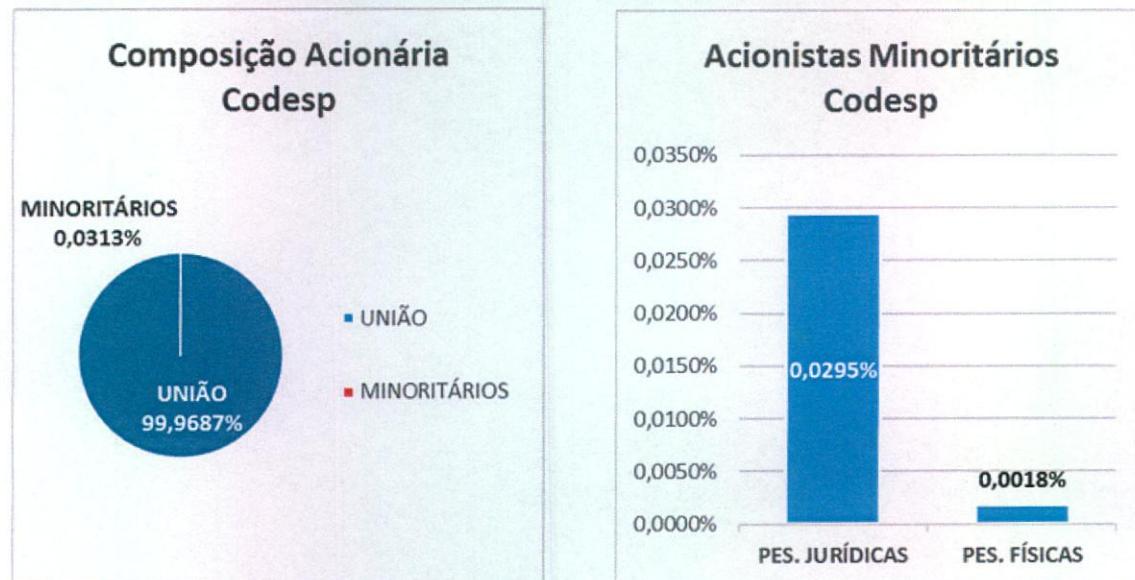
Em conformidade com a Lei 13.303/16, nos termos do art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp, no ano de 2017, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para sua criação, definindo claramente os recursos a serem empregados para esse fim, bem como divulgando informações relevantes, em especial às relativas à composição acionária, atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, metas a serem desenvolvidas, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações serão a seguir detalhadas.

### 1. Composição Acionária

O capital social da Codesp é de R\$ 1.414.100.154,80, correspondente a 273.765.717.017 ações sem valor nominal, sendo 136.882.858.511 ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única, autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 19/06/2015 e homologado na AGE de 27/11/2015, sendo a União Federal a acionista majoritária, com 99,97% das ações, representadas no gráfico abaixo.

#### Composição acionária da Companhia Docas do Estado de São Paulo – Codesp

A composição acionária da Codesp em 31/12/2017 é apresentada pela figura abaixo:



## **2. Interesse público subjacente às atividades empresariais**

A Lei 6.022, de 10 de julho de 1975, autorizou o Poder Executivo a constituir a empresa pública denominada Empresa de Portos do Brasil S.A. – PORTOBRÁS que, por sua vez, através da mesma Lei, foi autorizada a constituir subsidiárias para a consecução de suas finalidades, sob a forma de sociedade de economia mista ou empresa pública, de acordo com os interesses e necessidades ditados pela administração dos portos e das vias navegáveis interiores.

Dessa forma, em 1º de outubro de 1980, através da Escritura Pública de Constituição nº. 194, registrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Brasília/DF, a PORTOBRÁS instituiu a Companhia Docas do Estado de São Paulo, com o objeto social de realizar em harmonia com seus planos e programas, a administração e exploração comercial do Porto de Santos e demais instalações portuárias localizadas no Estado de São Paulo, que lhe forem incorporadas.

Através do Decreto 85.309, de 30 de outubro de 1980, a União transferiu para a Codesp a guarda, responsabilidade e gestão dos bens móveis e imóveis de sua propriedade afetados ao complexo portuário de Santos.

Assim, com o término da concessão outorgada à Companhia Docas de Santos, a partir de 8 de novembro de 1980, a Codesp foi investida nos poderes de Administração, operação e exploração do Porto de Santos, para todos os fins de direito.

Em 25 de fevereiro de 1993, foi promulgada a Lei nº. 8630, conhecida como Lei de Modernização dos Portos.

A partir de então, os serviços que antes eram prestados exclusivamente pela Codesp, tais como atividades de carga, descarga e armazenagem, passaram a ser executados pela iniciativa privada, passando a Codesp a atuar exclusivamente como Autoridade Portuária.

Nos termos do artigo 21, inciso XII, alínea "f", da Constituição Federal, compete à União a exploração diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão a atividade portuária.

Assim, a Codesp foi instituída para desempenhar o serviço público federal, em regime de exclusividade, insuscetível de ser explorado por particular, exercendo, em lugar da União e em nome dela, o papel de Autoridade Portuária de Santos.

### **3. Atividades desenvolvidas**

A Companhia Docas do Estado de São Paulo atua no setor Portuário, especificamente, no Porto de Santos, administrando-o e exercendo a autoridade, nos termos do que dispõe a Lei 12.815/13, novo marco regulatório dos Portos que, no seu artigo 17, determina que a Administração Portuária será exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Assim, alinhado ao interesse público, a Codesp desenvolve atividades que atendem às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social conforme artigos 3º e 4º do Estatuto Social da Empresa, exercendo, dentre outras, as seguintes atividades:

- (I) Pré qualificação dos operadores portuários;
- (II) Arrecadação dos valores das tarifas portuárias;
- (III) Manutenção, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
- (IV) Fiscalização da operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
- (V) Remoção das embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto;
- (VI) Autorização da entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto;
- (VII) Autorização da movimentação de carga das embarcações;
- (VIII) Comunicação de infrações e representação perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
- (IX) Adoção das medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- (X) Organização da guarda portuária.
- (XI) Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto;
- (XII) Estabelecimento, manutenção e operação do balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução do porto;

No desenvolvimento de suas atividades, a CODESP atua de forma integrada com a sociedade e demais autoridades do setor portuário, de modo a garantir que a operação portuária exercida pelos operadores qualificados e pelos terminais arrendados se realiza dentro dos padrões de qualidade que o mercado requer.

Desse modo, importante agente do setor portuário Nacional, a Codesp tem o papel de manter e aprimorar a estrutura pública, em busca do aperfeiçoamento da atividade portuária, atuando como *longa manus* da União, promovendo a Administração do Porto de Santos, maior porto brasileiro.

#### **4. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas**

A Codesp no desenvolvimento de suas atividades exerce boas práticas de governança corporativa e transparência, na consecução de políticas públicas, utilizando-se de sistemas eficazes de controle interno, que monitorem processos estratégicos, sistêmicos, operacionais e financeiros, exercendo uma gestão eficiente, orientada por objetivos definidos e resultados mensuráveis.

A missão da Companhia Docas é desenvolver, administrar e fiscalizar o Porto de Santos, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes aos armadores, arrendatários, operadores portuários e terminais de uso privado (TUPs), bem como apoiar o poder público, o comércio e o desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental.

A visão é ser uma Autoridade Portuária modelo em agilidade e competitividade, líder em eficiência, segurança e sustentabilidade; com foco em resultados e orientada à valorização do capital humano, de forma a tornar o Porto de Santos, o “hub port” do Atlântico Sul.

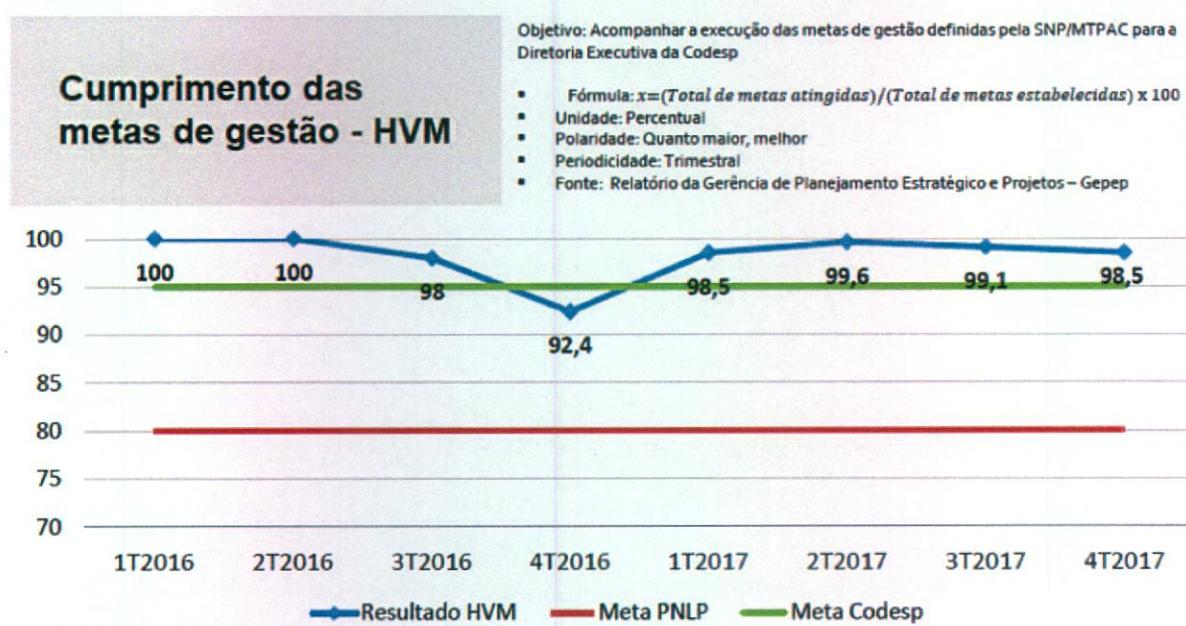
Para tanto, a Codesp traçou as seguintes metas:

- Alcançar equilíbrio econômico-financeiro autossustentável.
- Tornar eficiente a utilização dos recursos financeiros.
- Obter a confiança e o reconhecimento da sociedade e contribuir para o desenvolvimento regional e nacional.
- Ser a primeira opção para expansão da atividade portuária.
- Ser a primeira opção de navegação de longo curso e cabotagem.
- Ser considerada a melhor Autoridade Portuária do Brasil em serviços de apoio e instalações.
- Ampliar ações comerciais.
- Melhorar a reputação da Autoridade Portuária.
- Ter excelência nos processos de negócio e na tomada de decisão.
- Ser o porto brasileiro com maiores índices de proteção à saúde e segurança do trabalhador portuário.
- Ser a Autoridade Portuária que apresenta maior nível de serviço e eficiência na disponibilização de infraestrutura aquaviária e terrestre.
- Ser referência na área de sustentabilidade ambiental e proteção ao patrimônio histórico cultural.
- Prover ações de Tecnologia da Informação e Comunicação que suportem a estratégia.
- Manter certificação em segurança pública portuária.
- Exercer boas práticas de Governança Corporativa e Transparência.
- Ter gestão estratégica de RH.
- Atuar com foco em resultados.

Em nível micro, os objetivos do exercício de 2017 foram atrelados aos planos de metas trimestrais da Diretoria Executiva (Honorário Variável Mensal – HVM), definidos pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e divididos em 7 categorias:

- Ações de Planejamento e Desenvolvimento Portuário.
- Ações de Gestão Logística e de Operações.
- Ações de Gestão Patrimonial.
- Ações de Sustentabilidade Econômico-financeira.
- Ações de Gestão Administrativa e de Pessoas.
- Ações de Sustentabilidade Ambiental e de Integração com a Comunidade.
- Ações de Expansão e Manutenção da Infraestrutura.

Os resultados do HVM no exercício estão expressos no gráfico abaixo:



Fonte: Dados consolidados pela Gepep

## **5. Recursos para custeio das políticas públicas**

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Estado de São Paulo-Codesp são custeadas com recursos próprios, advindos das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da movimentação de carga, receita patrimonial (calculada por metro quadrado de área, MMC – Movimentação Mínima Contratual e Sítio Padrão), oriunda dos arrendamentos de área e, ainda, receitas de aplicações financeiras. Parte da Receita Patrimonial é destinada a Investimentos na Infraestrutura da Codesp.

Para a execução de Investimentos, de grande porte, na infraestrutura (projetos específicos, obras), a Codesp conta com a participação da União (Acionista Majoritária) através de Recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica e contabilizados como Créditos para Futuro Aumento de Capital.

## **6. Comentários dos Administradores sobre o desempenho**

A Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp desenvolveu ações para manter a posição do Porto de Santos como o principal complexo portuário da América Latina. Com o bom desempenho da carga conteinerizada em 2017, o Porto de Santos liderou o ranking nacional na movimentação desse tipo de carga. De acordo com dados do Anuário Estatístico da Antaq, a participação dos terminais localizados no complexo portuário santista foi de 33% dos contêineres movimentados no sistema portuário brasileiro.

O Porto de Santos encerrou o ano de 2017 com um total acumulado de 129,865 milhões de toneladas de cargas movimentadas, estabelecendo um novo recorde anual. Esse resultado superou em cerca de 10 milhões toneladas o recorde anterior, registrado em 2015 (119,932 milhões t). Na comparação com o resultado de 2016 (113,816 milhões t), o avanço foi de 14,1%, refletindo principalmente o bom desempenho das exportações, que atingiram 93,557 milhões t, 14,9% acima do resultado de 2016 (81,424 milhões t).

As maiores variações absolutas positivas foram observadas nas movimentações de milho a granel, +6,350 milhões t (80,5%); soja em grãos a granel, +1,970 milhões t (13,6%) e carga geral conteinerizada, +1,849 milhões t (7,9%). Já as reduções mais expressivas ocorreram nos embarques de álcool, -115.699 t (-10,2%); carvão, -107.048 t (-81,9%) e sucos cítricos, -56.452 t (-2,9%).

As importações totalizaram 36.308 milhões t, resultado 12,1% superior ao acumulado em 2016 (32.392 milhões t). As cargas com as maiores variações absolutas positivas foram a carga geral conteinerizada, +2.260.965 t (13,4%), óleo diesel e gasóleo, +889.438 t (48,2%) e adubo, +598.233 t (16,6%).

As reduções mais expressivas foram verificadas nas movimentações de GLP, -263.779 t (-23,8%); fosfato de cálcio, -110.924 t (-15,2%) e amônia, -62.155 t (-17,8%).

A movimentação de contêineres foi recorde em 2017, ao acumular 2.495.397 unidades (3.853.719 TEU), resultado 1,7% acima do recorde anterior, registrado em 2015 (2.453.881 unidades / 3.779.999 TEU) e 5,8% superior ao registrado em 2016. As importações responderam por 1.259.163 unidades (1.1.947.082 TEU), resultado 6,2% superior ao observado em 2016. Nas exportações, o crescimento foi de 5,4%, passando de 1.172.480 unidades (1.774.229 TEU) em 2016 para 1.236.234 unid. (1.906.637 TEU) em 2017.

Ao longo de 2017 ocorreram 4.854 atracções, quantidade 2,8% superior à registrada em 2016 (4.723). Excluídos os navios de passageiros e da Marinha, foram registradas 3.980 atracções de navios de longo curso (alta de 3,7% ante 2016) e 752 navios de cabotagem (crescimento de 0,5% ante o mesmo período de 2016).

Em 2017, o Porto de Santos manteve sua liderança na corrente de comércio brasileira, em valor, respondendo por 28,0% das transações comerciais com o exterior. Trata-se do segundo maior nível de participação registrado desde 1995, atrás, apenas, da participação recorde de 2016 (28,5%) e foi superior à soma dos portos que ocupam da segunda à sexta posição no ranking nacional. Considerando somente as cargas transportadas através dos portos brasileiros, Santos respondeu por 35,4% (37,4% em 2016).

Nos últimos anos, a Companhia Docas do Estado de São Paulo melhorou seu desempenho econômico-financeiro. O prejuízo registrado em 2015, de R\$ 94,922 milhões, foi reduzido para R\$ 22,465 milhões em 2016.

Em 2017, devido ao aumento de 14,1% na movimentação de cargas, chegando a quase 130 milhões de toneladas, os resultados negativos foram revertidos para um lucro de R\$ 44,432 milhões, o que permitiu pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no valor de R\$1.500.000,00 e PLR aos funcionários no montante de R\$375.000,00. A última vez que os funcionários receberam PLR foi em 2014, referente ao exercício de 2013.

O lucro de R\$ 44,432 milhões deveu-se, basicamente, pelo maior crescimento das receitas advindas de atividades portuárias em relação às despesas. Nas receitas destacam-se (i) o aumento do movimento físico e (ii) a apropriação de reversão de provisão do Portus da ordem de R\$ 57,094 milhões. Nos dispêndios destacam-se (i) a aplicação de R\$ 95,827 milhões na Dragagem de Manutenção, o que garantiu a operacionalidade no canal de acesso ao Porto de Santos, (ii) a despesa com demissão voluntária de colaboradores da ordem de R\$ 18,971 milhões que proporcionará redução futura de dispêndio com pessoal, (iii) gasto com a remoção dos cilindros com produtos contaminantes da ordem de R\$ 17,602 milhões, (iv) apropriação de dispêndios com acordos judiciais cíveis da ordem de R\$ 43,261 milhões (Rodrimar).

Além da qualidade das nossas equipes, esse avanço pode ser explicado por decisões estratégicas que se mostraram acertadas, tais como

investimentos em novas tecnologias e processos, bem como o aprimoramento da logística que envolve o Porto de Santos, visando melhor atender nossos clientes e ampliar o volume de cargas movimentadas.

Destacamos também os investimentos na readequação do trecho Canal 4-Ponta da Praia, da Avenida Perimetral em Santos; na recuperação e reforço do cais entre os armazéns 12A e 23; na ampliação da oferta de energia e na remodelação do sistema ferroviário em diversos trechos do Porto.

Além das atribuições da Autoridade Portuária, a gestão da Codesp, através do compromisso de sua diretoria, voltou-se para o fortalecimento da relação porto-cidade. Com os patrocínios de eventos, a Codesp buscou ampliar a percepção positiva da marca Porto de Santos, bem como o incentivo às ações socioculturais voltadas para a relação Porto-Cidade. Após processo de seleção, que levou em conta a capacidade de reconhecimento da sociedade e a eficiente utilização dos recursos financeiros, seis projetos foram escolhidos e implementados em 2017.

Guerreiros sem Armas, do Instituto Elos Brasil, foi um deles que incluiu em suas ações o mutirão “Mão na Massa” realizado em julho nos morros Monte Serrat e São Bento, em Santos, e no bairro México 70, em São Vicente.

No aspecto ambiental, o Programa Mantas do Brasil, do Instituto Laje Viva, também recebeu o patrocínio da Companhia Docas, objetivando preservar a maior espécie de arraia do mundo (*Manta birostris*) e o Parque Estadual Marinho da Laje de Santos.

Por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, a Codesp patrocinou a prova ciclística Descida das Escadas de Santos, em fevereiro.

A lei de incentivo, a Rouanet, foi utilizada para patrocinar, em julho, o Santos Jazz Festival.

Outro projeto cultural patrocinado por meio da Lei Rouanet foi o Coral Porto dos Anjos. Durante todo o ano, crianças participaram de trabalho de apuração das vozes e ensaios que culminou com o espetáculo “Cantar, Brincar e Amar”, com músicas do repertório folclórico e erudito.

A Pinacoteca Benedicto Calixto também recebeu patrocínio. Um dos principais aparatos culturais da cidade de Santos, a Pinacoteca, dentre todas as mostras e apresentações, sediou uma exposição comemorativa aos 125 anos do Porto de Santos.

Além dos patrocínios, a Codesp apoiou outros eventos esportivos (Corrida da Marinha - Porto de Santos 125 anos), educacionais (produção do manual Justiça Restaurativa, da Secretaria Municipal de Educação de Santos), culturais (Festival Santos Dance e Festival de Imagens do Valongo) e sociais (Baile do Aviador, jantares benéficos).

Em junho de 2017, aconteceu o primeiro simulado completo do Plano de Área do Porto de Santos e Região (Paps) que envolveu representantes das 47 empresas signatárias do Plano, além de órgãos como Ibama, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Capitania dos Portos de São Paulo,

Defesa Civil de Santos e de Guarujá, Exército Brasileiro, Corpo de Bombeiros e 04 empresas especializadas em atendimento a emergências.

Com relação às ações de governança, em 2017 iniciamos mudanças importantes em nossa estrutura administrativa, que prepararão a Companhia para um novo momento, propiciando mais uniformidade e rapidez nas decisões e sinergia entre as equipes. Nesse sentido, destacam-se iniciativas como a elaboração do Plano Estratégico Institucional (PEI), os avanços no desenvolvimento do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP), a implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos (PMO) e a automação de processos.

No que concerne às ações de sustentabilidade, o principal destaque em 2017 foi a concessão, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), da Licença de Operação do Porto de Santos, que visa conciliar o uso econômico do Porto Organizado com a preservação do meio ambiente.

O fato fortalece a necessidade de continuidade das ações já adotadas e estabelece compromissos para a implantação de novas ações. A concessão da LO propiciou ao complexo portuário santista receber o prêmio Antaq de Sustentabilidade Ambiental Aquaviária.

A lâurea foi oferecida pela Agência Reguladora e o Porto de Santos foi o vencedor na modalidade Maior Evolução Anual no Índice de Desempenho Ambiental (IDA), em pesquisa feita no 1º semestre de 2017.

O processo de Regularização Ambiental do Porto de Santos teve início em 2004, com o pedido de expedição de licença junto ao Ibama. A partir daquele ano foram desenvolvidas tratativas visando o estabelecimento de procedimentos para viabilizar uma gestão ambiental cada vez mais eficaz. Não se trata de um novo empreendimento, uma vez que parte das atividades já ocorrem há 125 anos.

A Companhia solucionou em 2017 um importante passivo ambiental. Foi realizada a destinação de 115 cilindros depositados no armazém 11 do Porto de Santos. Os levantamentos preliminares sobre os cilindros apontavam que em 1996 a carga estava sendo encaminhada a Houston/EUA (possivelmente em devolução ao fabricante). Por motivo desconhecido a carga não foi embarcada e permaneceu armazenada no Porto, até ser encontrada, em 2014, por equipe da então Superintendência de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.

Em 07 de agosto, após a realização de estudos e alternativas, a Codesp apresentou ao Ministério Público, aos órgãos ambientais e à Defesa Civil a opção de queima dos gases em alto mar. Com a aceitação da proposta, no dia 24 de agosto os cilindros deixaram o Porto de Santos a bordo de uma balsa e, na manhã do dia 26 de agosto, as embarcações chegaram ao local onde foram iniciados os procedimentos, localizado há, aproximadamente, 50 milhas náuticas da costa. Os trabalhos de destruição dos gases foram concluídos no fim de setembro e transcorreram sem qualquer anormalidade, sob acompanhamento

permanente dos órgãos ambientais e coordenação da Superintendência de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho da Codesp.

Após o término da destruição dos gases os resíduos oriundos da operação, assim como as carcaças dos cilindros, foram destinados de forma adequada sob anuênciia dos órgãos ambientais.

## 7. Estrutura de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

Em 13/07/2015 foi aprovado o Organograma da nova Estrutura Organizacional da Codesp, até o nível de Gerente, pela Deliberação CONSAD nº 35.2015, que cria a Gerência de Riscos e Controles Internos, subordinada a Superintendência de Desempenho, Riscos e Conformidade. Em 26/08/2016, pela Decisão DIREXE nº 423.2016 foi aprovado o Instrumento Normativo – Gerir Riscos e Controles Internos, que disciplina o fluxo de ações a serem desempenhadas pela área.

O modelo de governança de riscos vem seguindo o estabelecido no Regimento Interno da Codesp e na Resolução CGPAR nº 18, os quais demandam as diretrizes específicas para identificação dos riscos.

Destaca-se, ainda, a área de Ouvidoria, responsável pelo canal de denúncias.

Durante o segundo semestre de 2017, a Gerência de Riscos e Controles Internos elaborou plano de atendimento para as ações exigidas pela Lei 13.303/2016 e avaliadas quanto à sua conformidade no 1º ciclo pelo Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais. Neste ano, a Codesp atingiu o Nível 3 de um total de 4 níveis.

## 8. Fatores de Risco

Em função da característica saneadora desta carta, referido no inciso III do artigo 8º da Lei 13.303/2016, o Conselho de Administração entende que não é cabível a análise de fatores de risco para eventos pretéritos.

## 9. Dados Econômico-Financeiros

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017 foram preparadas e auditadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis aos exercícios findos nos anos apontados acima.

A planilha a seguir demonstra a síntese dos principais indicadores de performance financeira da Companhia.

SÍNTESSE DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE PERFORMANCE E GESTÃO					
DESCRÍÇÃO	2015	2016	2017	Crescimento Nominal 2016/2017	Índice de Crescimento 2016/2017
<b>RESULTADO ECONÔMICO - R\$ mil</b>					
Receita Operacional Líquida	839.550	793.117	1.012.912	219.795	27,7%
Receita Operacional	943.622	889.689	1.124.543	234.854	26,4%
Resultado Líquido de Balanço	-94.922	-22.465	44.432	66.897	297,8%
Patrimônio Líquido (PL)	1.398.375	1.375.910	1.418.842	42.932	-3,1%
Taxa de Retorno do PL	-6,8%	-1,6%	3,1%	4,8%	291,8%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS - R\$ mil</b>					
Caixa e Bancos	97.207	135.960	108.959	-27.001	-19,9%
Passivo Circulante+Não Circulante	1.173.240	1.383.055	1.398.074	15.019	1,1%
<b>INDICADORES DE LIQUIDEZ = R\$ disponíveis para R\$ de dívidas</b>					
Liquidez Imediata (LI)	0,31	0,31	0,31	0,00	-0,5%
Liquidez Corrente (LC)	0,49	0,54	0,56	0,02	4,4%
Liquidez Seca (LS)	0,48	0,54	0,56	0,02	4,1%
Liquidez Geral (LG)	1,13	1,02	1,01	-0,01	-1,2%
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>					
<b>Movimentação de carga em ton/mil</b>					
Total	119.932	113.816	129.865	16.049	14,1%
Exportação	87.566	81.424	93.557	12.133	14,9%
Importação	32.366	32.392	36.308	3.916	12,1%
<b>Movimentação de contêineres – mil</b>					
Em unidades	2.454	2.358	2.495	137	5,8%
Em Teus	3.780	3.564	3.854	290	8,1%
Em Tonelagem	41.196	40.424	44.534	4.110	10,2%

<b>CONSIGNAÇÃO DOS NAVIOS MOVIMENTADOS (Tons/Navios-Viagens)</b>					
Nº Navios - Viagens (*)	4.901	4.585	4.732	147	3,2%
Tons/Navios - Viagens (*)	24.471	24.824	27.444	2.620	10,6%
Teus/Navios - Viagens (**)	1.615	1.680	1.827	147	8,7%
<b>MOVIMENTO DE NAVIOS - unidades</b>	5.144	4.723	4.854	131	2,8%
<b>MOVIMENTO DE PASSAGEIROS - unidades</b>	819.712	594.494	518.545	-	75.949
<b>MOVIMENTO DE VEÍCULOS – unidades</b>					
Total	246.241	192.873	321.827	128.954	66,9%
Exportação	184.367	172.414	297.959	125.545	72,8%
Importação	61.874	20.459	23.868	3.409	16,7%
<b>INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS</b>					
Quadro de Pessoal (nº de empregados)	1.493	1.534	1.402	-	132
Dispêndios com Pessoal (R\$ mil)	329.292	348.014	357.024	9.010	2,6%

(\*) Do número total de navios, foram excluídos o de passageiros e outros.

(\*\*) Somente navios dedicados à movimentação de contêineres.

Mais informações acerca dos dados econômico financeiros da Codesp podem ser consultadas no Relatório de Administração, disponível em <http://www.portodesantos.com.br/relatorio.php> e no Relatório de Gestão, disponível em <http://www.portodesantos.com.br/acesso-a-informacao/institucional/relatorio-de-gestao-2/>.

## 10. Política ou prática de remuneração dos administradores

Conforme previsto no Estatuto Social da Codesp, em seu art. 36, a remuneração e demais benefícios dos integrantes dos órgãos da Administração são fixados anualmente pela Assembleia Geral Ordinária – AGO, observadas as prescrições legais.

Os valores são definidos dentro das bases legais, equilíbrio interno, desempenho da Empresa e dos diretores, individualmente. A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

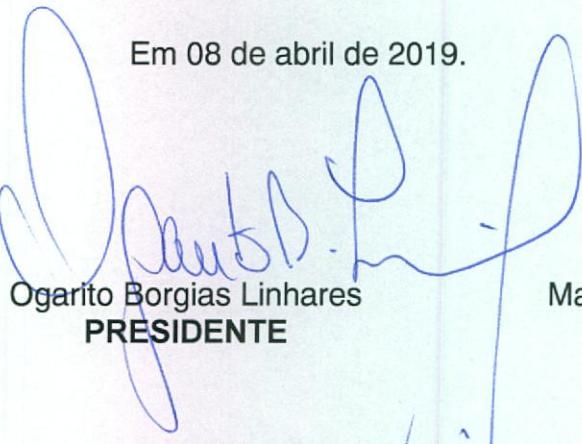
A Codesp possui o Programa de Remuneração Variável (RVA), regido pela Lei n.º 6.404/76 (Sociedades por Ações). Adota também o Honorário Variável Mensal – HVM, parcela do honorário mensal pago por trimestre. Tanto a RVA como o HVM são ponderados pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos.

## 11. Manifestação do Conselho de Administração

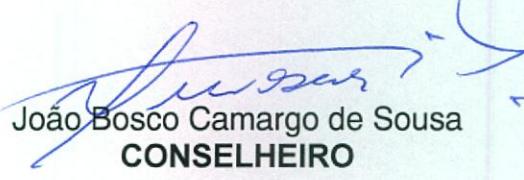
O Conselho de Administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp declara que subscreveu nesta data a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2017, em conformidade com o inciso V do art. 8 da Lei nº 13.303, de 30.06.16.

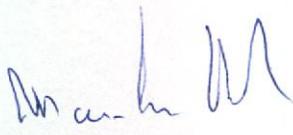
Ao subscrever esta Carta de Governança Corporativa 2018 anobase 2017, o Conselho de Administração cumpre o inciso III do artigo 8º da Lei 13.303/2016, de forma saneadora ao referido inciso.

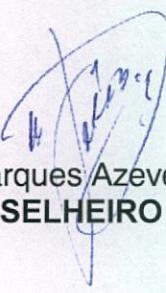
Em 08 de abril de 2019.

  
Ogarito Borgias Linhares  
**PRESIDENTE**

  
Maria da Glória Felgueiras Nicolau  
**CONSELHEIRA**

  
João Bosco Camargo de Sousa  
**CONSELHEIRO**

  
Márcio Luiz Bernardes Calves  
**CONSELHEIRO**

  
Hélio Marques Azevedo  
**CONSELHEIRO**